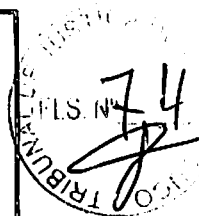




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

112



HABEAS CORPUS Nº: 212041-6 (0005611-37.2010.8.17.0000)  
COMARCA DE ORIGEM: Panelas – Vara Única  
IMPETRANTE: Dr. Golbery Lopes Lins  
PACIENTE: **GIVALDO ANTONIO DA SILVA**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. PROCESSO COMPLEXO, COM 33 (TRINTA E TRES) ACUSADOS. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE COM MAUS ANTECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. ORDEM DENEGADA.**

5729  
1 - Trata-se da "**Operação Carcará**", organização criminosa com mais de 30 integrantes, responsável pela prática de vários delitos na Região do Agreste de Pernambuco, dentre eles, roubos, tráfico de drogas, homicídio, comércio ilegal de armas de fogo, etc.

2 - A demora no julgamento do feito é perfeitamente aceitável, diante da complexidade do feito (vários crimes) e pluralidade de réus (33 acusados), vários residentes em comarcas distintas.

3 - O paciente é possuidor de maus antecedentes, estando a sua prisão preventiva devidamente justificada e suficientemente fundamentada.

4 - A gravidade do crime não é o único argumento para manutenção da prisão preventiva, restando demonstrada a periculosidade dos acusados e a necessidade de garantia da ordem pública.

5 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

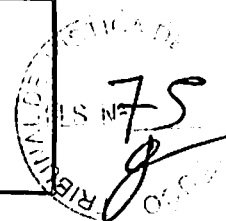
#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 212041-6 (0005611-37.2010.8.17.0000), da Vara Única da Comarca de Panelas, em que figura, como impetrante, o advogado Golbery Lopes Lins, e como paciente **GIVALDO ANTONIO DA SILVA**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem** do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.

  
Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator



HABEAS CORPUS Nº: 212041-6 (0005611-37.2010.8.17.0000)  
COMARCA DE ORIGEM: Panelas - Vara Única  
IMPETRANTE: Dr. Golbery Lopes Lins  
PACIENTE: **GIVALDO ANTONIO DA SILVA**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito pelo advogado Golbery Lopes Lins em favor de **GIVALDO ANTONIO DA SILVA**, apontando como autoridade coatora o Exm.º. Juiz de Direito da Comarca de Panelas, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura para que o paciente possa responder ao processo em liberdade, alegando excesso de prazo e ausência dos requisitos da prisão preventiva.

Afirma o impetrante que o paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 20/08/2009 pela prática dos delitos capitulados no art. 35 da Lei nº 11.343/06 (associação para o tráfico de drogas), sem terem sido decididas as preliminares levantadas na defesa prévia escrita, nem mesmo marcada a audiência de instrução e julgamento.

Sustenta que foi concedida a liberdade aos co-denunciados Rômulo Avelino da Silva e Ana Paula Ferreira da Silva, pelo juízo *a quo*, e requer a extensão da ordem.

Justifica o pedido alegando que não estão presentes todos os requisitos da prisão preventiva, e que a liberdade do paciente não irá colocar a sociedade em risco ou tornar ineficaz a aplicação da lei penal ou a conveniência da instrução criminal.

A liminar foi indeferida, conforme se verifica da decisão de fls. 53/54, por insuficiência de informações.

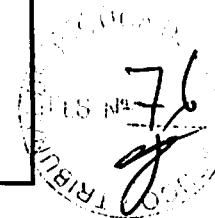
Ofício do Juízo de Direito da Comarca de Panelas às fls. 61/63, esclarecendo que os fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva resistem às razões da presente impetração.

Informa que a prisão preventiva é necessária para a garantia da ordem pública e para a credibilidade da Justiça, em razão da gravidade e intensidade do dolo com que o crime foi praticado e a repercussão que o delito causou no meio social.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

114



Parecer da douta Procuradoria de Justiça às fls. 69/70, opinando pela denegação da ordem, uma vez que o paciente era o responsável pelas falsificações operadas nas placas dos veículos roubados e utilizados pela quadrilha, composta por mais 32 (trinta e dois) pessoas, conforme consta no documento de fls. 33/34.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o breve relatório.

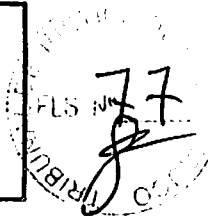
Recife, 26 de maio de 2010

**Des. MAURO ALENCAR DE BARROS**  
Relator



115

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS Nº: 212041-6 (0005611-37.2010.8.17.0000)  
COMARCA DE ORIGEM: Panelas - Vara Única  
IMPETRANTE: Dr. Golbery Lopes Lins  
PACIENTE: **GIVALDO ANTONIO DA SILVA**  
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros  
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Nilton de Araújo Barbosa  
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

### VOTO DO RELATOR

Inicialmente observo que o processo em tela se originou da Operação Carcará, organização criminosa responsável por vários tipos de delitos na Região do Agreste de Pernambuco, dentre eles, roubos, tráfico de drogas, homicídio, comércio ilegal de armas de fogo, etc.

Já enfrentei esta questão em outros habeas corpus, impetrados por corréus nos presentes autos, conforme se vê nas decisões abaixo:

**HABEAS CORPUS:** N.º 195.772-0  
**COMARCA:** Panelas - Vara Única  
**IMPETRANTES:** Marcelo Tigre e Ydígoras Ribeiro  
**PACIENTE:** Ana Paula Ferreira da Silva  
**RELATOR:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**PROC. DE JUSTIÇA:** Dr. Renato da Silva Filho  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal.

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. QUESTIONAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NO CURSO DO PROCESSO. PRESENÇA DOS REQUISITOS E FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. UNANIMIDADE.**

1 - O caso dos autos envolve extensa investigação policial que originou a "Operação Carcará", a qual prendeu em caráter temporário vários investigados, componentes de uma organização criminosa, praticante de vários tipos de delitos na Região do Agreste de Pernambuco, dentre eles, roubos, tráfico de drogas, homicídio, comércio ilegal de armas de fogo, etc, vindo depois ser decretada a prisão preventiva de vários indiciados, dentre eles a paciente destes autos.

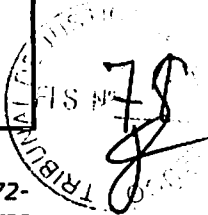
2 - Encontra-se a prisão preventiva da paciente devidamente justificada e suficientemente fundamentada, não havendo qualquer dúvida de que, no caso dos autos, tratando-se de investigada que integra uma quadrilha armada, e diante da gravidade dos delitos cometidos por tal organização criminosa, faz-se imprescindível a manutenção da prisão da paciente.

3 - Extrai-se do Inquérito policial que, dentre as atividades do grupo criminoso, a paciente encontra-se envolvida na associação para o tráfico de drogas, mostrando total envolvimento com os negócios da associação criminosa.

4 - Estando presentes os requisitos da prisão preventiva e a decisão suficientemente fundamentada, não há qualquer fundamento para a sua revogação, devendo ser mantida a segregação cautelar.

5 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**



Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 195.772-0, em que figura, como impetrantes, os advogados Marcelo Tigre e Ydigoras Ribeiro, como paciente, Ana Paula Ferreira da Silva, e como autoridade impetrada, o Juiz da Comarca de Panelas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em DENEGAR a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de dezembro de 2009. Des. Mauro Alencar de Barros - Relator

**HABEAS CORPUS:** N.º 196.130-6 - Panelas  
**IMPETRANTE:** Adv. Golbery Lopes Lins  
**PACIENTE:** ROMULO AVELINO DA SILVA  
**RELATOR:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**PROC. DE JUSTIÇA:** Dra. Patrícia Carneiro Tavares  
**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. QUESTIONAMENTO DA PRISÃO TEMPORÁRIA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NO CURSO DO PROCESSO. PRESENÇA DOS REQUISITOS E FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1 - O caso dos autos envolve extensa investigação policial que originou a "Operação Carcará", a qual prendeu em caráter temporário vários investigados, componentes de uma organização criminosa, praticante de vários tipos de delitos na Região do Agreste de Pernambuco, dentre eles, roubos, tráfico de drogas, homicídio, comércio ilegal de armas de fogo, etc, vindo depois ser decretada a prisão preventiva de vários indiciados, dentre eles o paciente destes autos.

2 - Encontra-se a prisão preventiva do paciente devidamente justificada e suficientemente fundamentada, não havendo qualquer dúvida de que, no caso dos autos, tratando-se de investigado que apresenta extrema periculosidade, por integrar uma quadrilha armada, e diante da gravidade dos delitos cometidos por tal organização criminosa, faz-se imprescindível a manutenção da prisão do paciente.

3 - Extrai-se do inquérito policial que, dentre as atividades do grupo criminoso, o paciente encontra-se envolvido na associação para o tráfico de drogas e no comércio ilegal de armas, mostrando total envolvimento com os negócios da associação criminosa.

4 - Estando presentes os requisitos da prisão preventiva e a decisão suficientemente fundamentada, não há qualquer fundamento para a sua revogação, devendo ser mantida a segregação cautelar.

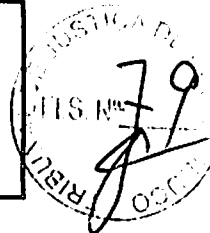
5 - Ordem denegada. Decisão por maioria de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0196.130-6, em que figura, como impetrante, o Advogado Golbery Lopes Lins, como paciente, RÔMULO AVELINO DA SILVA, e como autoridade impetrada, o Juiz da Comarca de Panelas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em DENEGAR a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 09 de dezembro de 2009. Des. Mauro Alencar de Barros - Relator

**HABEAS CORPUS:** N.º 199.793-5 - Panelas  
**IMPETRANTE:** Adv. Golbery Lopes Lins  
**PACIENTE:** EDNAILDO FRANCISCO DA SILVA  
**RELATOR:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**PROC. DE JUSTIÇA:** Dr. Renato da Silva Filho



ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE DA CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. ATRASO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE ACUSADOS E GRAVIDADE DOS DELITOS PRATICADOS. OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1 - O caso dos autos envolve extensa investigação policial que originou a "Operação Carcará", a qual prendeu em caráter temporário vários investigados, componentes de uma organização criminosa, praticante de vários tipos de delitos na Região do Agreste de Pernambuco, dentre eles, roubos, tráfico de drogas, homicídio, comércio ilegal de armas de fogo, etc.

2 - Encontra-se a prisão preventiva do paciente devidamente justificada e suficientemente fundamentada, não havendo qualquer dúvida de que, no caso dos autos, tratando-se de investigado que apresenta extrema periculosidade, por integrar uma quadrilha armada, e diante da gravidade dos delitos cometidos por tal organização criminosa, faz-se imprescindível a manutenção da sua prisão.

3 - Sendo assim, estando presentes os requisitos para a prisão preventiva, a segregação cautelar do paciente deve ser mantida, não havendo qualquer fundamento para a concessão da liberdade provisória.

4 - Eventuais condições subjetivas favoráveis, por si sós, não obstam a segregação cautelar, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção. Precedentes do STJ.

5 - A gravidade dos crimes praticados e a pluralidade de acusados justificam o atraso existente até a presente data para a conclusão do inquérito policial, ante a necessidade da dilação dos prazos legais, sendo forçoso concluir pela inexistência do alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo.

6 - Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0199.793-5 (Panelas), em que figura, como impetrante, o Advogado Golbery Lopes Lins, e como paciente, EDNAILDO FRANCISCO DA SILVA, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em DENEGAR a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

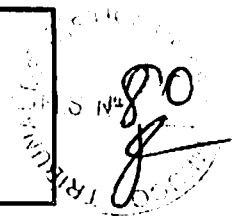
Recife, 28 de outubro de 2009. Des. Mauro Alencar de Barros - Relator

Enfrento a primeira alegação defensiva: **excesso de prazo**.

Aduz o impetrante que a demora no retardo da instrução criminal não se deve à defesa, mas ao próprio Judiciário, já tendo decorrido mais de 08 (oito) meses de custódia **sem que fosse realizada a citação do paciente para apresentar sua defesa escrita** (fls. 08).

Contudo, na mesma petição, afirma o impetrante que **apresentou sua defesa preliminar no Juízo de Direito da Comarca de Panelas em 05/02/2010**, e até a presente data não foi marcada a audiência de instrução (fls. 05).

Em suas informações, a autoridade coatora alega que o processo é complexo, pois envolve mais de 30 (trinta) acusados, e que a maioria já apresentou resposta, tendo sido nomeada uma Defensora Pública para os faltantes.



Não merece acolhimento, assim, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Impende esclarecer que o período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, servindo como parâmetro para verificação do excesso, de forma que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.

Sobre o assunto, observe-se o seguinte aresto:

**CRIMINAL. HC. (...) III. Por aplicação do Princípio da Razoabilidade, tem-se como justificada eventual dilação de prazo para a conclusão da instrução processual, em hipótese de feito complexo e diante da necessidade de observância às formalidades da expedição de cartas precatórias. IV. Inexiste constrangimento ilegal quando o trâmite é regular e a demora não é provocada pelo Juízo ou pelo Ministério Público, mas, sim, decorrente de incidentes do feito e de diligências usualmente demoradas. (...) VI. O constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada.**

**VII. Ordem parcialmente conhecida e denegada. HC 23304/AC, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 05.11.2002, DJ 17.02.2003 p. 314)**

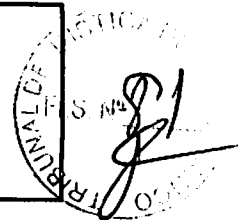
Pelo exposto acima, tenho que a demora no julgamento da ação penal restou plenamente justificado em razão da complexidade do feito, encontrando respaldo no Princípio da Razoabilidade. Sobre o assunto, o STJ já se pronunciou:

**"(...) 4. O período de encerramento da instrução criminal, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente um constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade. (...) (HC 93.647/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 07/04/2008)**

Resta plenamente justificado o andamento processual, principalmente ao se levar em consideração a necessidade de expedição de cartas precatórias para outras comarcas.

Enfrento a segunda alegação defensiva: **ausência dos requisitos da prisão preventiva.**

Informa o impetrante que foi deferida a liberdade provisória a outros corréus nos autos. Colho no sistema interno deste Tribunal de Justiça uma decisão do magistrado *a quo*, nos mesmos autos do ora paciente:



**Processo nº. 0000334-28.2009.8.17.1050.**

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de Extensão da Revogação da Prisão Preventiva formulado em favor dos réus EDNAILDO FRANCISCO DA SILVA, EDSON ALVES BARBOSA, MANOEL COLAÇO DA SILVA, JOELMA GONÇALVES DA SILVA, WAGNER FERNANDO DA SILVA e VILMA FEITOSA DE LIMA regularmente qualificados, por intermédio de seus advogados.

Entendo ser cabível o registro prévio de que deixo de conceder vista ao Ministério Público, uma vez que o ilustre Promotor de Justiça ofereceu parecer às fls. 1.810/1.811 opinando pela concessão de revogação da prisão preventiva dos réus que demonstrarem nos autos que não respondem a outros processos criminais. (...)

Panelas, 22 de abril de 2010.

FRANCISCO JORGE DE FIGUEIREDO ALVES - JUIZ DE DIREITO

Não há nos presentes autos qualquer informação sobre os antecedentes criminais do paciente. Contudo, verifico no sistema Interno deste TJPE que o paciente teve contra si uma decisão denegatória da ordem no HC nº 168821-1, julgado em 13/05/2008, nos seguintes termos:

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

**HABEAS CORPUS Nº 0168821-1 - CARUARU.**

**IMPETRANTE:** GEORGE ARRAES FELICIANO E RILVAN JOSÉ DE SENA JÚNIOR.

**PACIENTE:** GIVALDO ANTÔNIO DA SILVA.

**RELATOR:** DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO

**PROCURADOR DE JUSTIÇA:** FERNANDO BARROS DE LIMA.

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. **NECESSIDADE DE PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.** INTELIGÊNCIA DO ART. 312 DO CÓDIGO PROCESSO PENAL. CRIME DE FORMAÇÃO DE QUADRILHA. **PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA. MAUS ANTECEDENTES.** CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGACÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

**I - Paciente preso em razão de prisão preventiva, cujo decreto está bem fundamentado, presentes os requisitos legais.**

**II - Maus antecedentes e circunstâncias do crime que denotam periculosidade do paciente, desautorizando, portanto, a concessão da ordem.**

**III - Habeas corpus denegado. Decisão Unânime.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0168821-1, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 13 de maio de 2008. Des. Alexandre G Alcoforado Assunção - Relator

Ademais, a jurisprudência do STJ e deste Tribunal de Justiça é reiterada no sentido de que a primariedade e os bons antecedentes não são suficientes, por si sós, para afastar a necessidade da prisão, quando presentes os requisitos da preventiva, conforme se vê no acórdão parcialmente transcrito abaixo:





120

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



(...) 5. Eventuais condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, **se há nos autos elementos hábeis a recomendar a sua manutenção**, como se verifica no caso em tela. (...) (HC 103.361/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 10.06.2008, DJ 30.06.2008 p. 1)

Vejamos, nesse sentido, mais uns precedentes do STJ:

(...) Sendo o remédio constitucional conduzido por procedimento sumário e de cognição antecipada, o inconformismo em torno dos elementos justificadores da decisão combatida desmerece a respectiva aderência, porque não cogitados de plano. **Por fim, mesmo tratando-se de réu primário, de bons antecedentes e com residência fixa, tais predicados, por si sós, não autorizam a liberdade requerida.** Ordem denegada. (STJ - HC 29.401/SP - Relator: Ministro José Arnaldo da Fonseca - Quinta Turma - DJ de 13.10.2003, p. 393). (Grifo nosso).

Quanto a alegação de que a prisão se fundamenta apenas na gravidade do crime, verifico que no caso sob análise existem outros elementos que justificam concretamente a manutenção da prisão.

Em suas informações, a autoridade dita coatora justificou que:

"(...) Por se tratar de paciente preso e a fim de evitar um eventual constrangimento ilegal, no que se refere à liberdade individual do paciente, com relação a este processo, procurei novamente analisar os motivos da decretação da prisão preventiva, confrontando-os com os argumentos expostos pela impetração do presente habeas corpus e, com a devida permissão desse Egrégio Tribunal, sob cujo julgamento a questão se encontra, devo consignar que os fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva, bem resistem às razões da impetração.

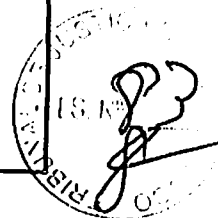
Registre-se, de logo, que a decisão do decreto prisional está suficientemente fundamentada, com conhecimento da materialidade do delito e de indícios de autoria, bem como, com expressa menção à situação concreta que caracteriza a garantia da ordem pública.

Ademais, data vênia, entendo que a prisão preventiva se mostra necessária para garantia da ordem pública, objetivando acautelar a credibilidade da Justiça em razão da gravidade e intensidade do dolo com que o crime descrito na peça acusatória foi praticado e a repercussão que o delito causou no meio social.

No caso concreto, as circunstâncias que autorizam a decretação da custódia preventiva continuam tendo pertinência, na espécie.

Por fim, no que diz respeito ao confronto entre princípios fundamentais, estando eles no mesmo patamar - liberdade (direito individual) x dignidade da pessoa humana (direito coletivo), deve preponderar o interesse social, ferido, em grande intensidade, pela suposta conduta delituosa do paciente" (fls. 62/63).

Não vislumbro, na via estreita do *habeas corpus*, qualquer irregularidade do decreto prisional. Os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal se encontram presentes e devidamente demonstrados nos autos, eis que o ora paciente faria parte de uma quadrilha com envolvimento em vários crimes, representando um perigo para a sociedade a sua liberação.



Para que a ação repressora do Estado seja efetiva, é necessário que o grupo seja desestruturado, o que somente se obtém com a prisão dos seus integrantes.

A medida, longe de representar uma punição antecipada pelos crimes cometidos, constitui-se em meio hábil para se proteger o meio social da ação deletéria da organização. Daí porque o principal fundamento para a custódia é a garantia da ordem pública.

Temos no magistério de Weber Martins Batista que:

*"O juiz não precisa verificar se a prisão é necessária, pois essa necessidade se presume juris tantum: o que deve fazer é examinar se ela não é desnecessária, ou seja, se há prova em contrário, mostrando que, no caso, inexistente o periculum in mora".<sup>1</sup>*

Assim, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem** do presente Habeas Corpus.

Recife, 16 de maio de 2010.

**Des. MAURO ALENCAR DE BARROS**  
Relator

<sup>1</sup> Weber Martins Batista in **Liberdade Provisória**, 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, p. 74